

Onde está o Morro do Careca?
Relato de experiência da comunidade da Vila de Ponta
Negra frente à especulação imobiliária

Lia Pereira de Araújo e Silva (UFRN/RN)¹

Palavras-chave: Especulação Imobiliária; Decolonialidade; Comunidade Tradicional.

Resumo:

Este artigo é um relato de experiência desenvolvido na comunidade tradicional da Vila de Ponta Negra, localizada em Natal, Rio Grande do Norte, por meio da atuação do Conselho Comunitário do bairro. Esta experiência é uma etnografia realizada através do método de observação participante, construído através de conversas com rendeiras de bilro, as pescas com quilombolas, juventude negra e LGBTQ+, como também em assembléias comunitárias, com o objetivo de analisar a percepção das pessoas de como o turismo exploratório e como suas ancestralidades atuam para resistir ao capitalismo-colonial. A observação e as entrevistas semiestruturadas indicam que a autogestão e a consulta livre, prévia e informada (OIT 169) desenvolvem a solidariedade, democracia participativa e autonomia da comunidade. A análise demonstra como a especulação imobiliária é uma ameaça aos modos de vida, problematizando noções de racismo ambiental, cultura popular e a pesca artesanal e o extrativismo. Conclui-se que as alternativas estão também apresentadas no território, contribuindo para os debates antropológicos sobre amefricanidade (GONZALEZ, 1982) e decolonialidade (QUIJANO). O relato de experiência evidencia que a escrevivência é um caminho para uma antropologia engajada na reparação das comunidades tradicionais.

Introdução

O Morro do Careca, cartão-postal de Natal, Rio Grande do Norte, é mais do que uma duna. É um marco geográfico e um símbolo cultural, ancestral e espiritual para a comunidade tradicional da Vila de Ponta Negra. Contudo, sua localização privilegiada, entre o oceano e a cidade em expansão, transformou-o em epicentro de uma violenta disputa territorial. Este artigo apresenta um relato de experiência etnográfica, desenvolvido entre 2023 e 2025, que analisa as estratégias de resistência da Vila de Ponta Negra frente à especulação imobiliária e

ao turismo de massa. Partindo do lugar de fala de uma pesquisadora vinculada ao Conselho Comunitário, o estudo busca compreender como a comunidade, em sua heterogeneidade – rendeiras de bilro, pescadores quilombolas, juventude negra e LGBTQIA+ –, percebe as ameaças coloniais-capitalistas e mobiliza suas ancestralidades para defender seus modos de vida.

A abordagem teórica se ancora nas perspectivas decoloniais (QUIJANO; LUGONES; VERGÈS) que desvelam a interseccionalidade das opressões de raça, classe, gênero e sexualidade inscritas no território. O conceito de amefricanidade, de Lélia Gonzalez (1982), é fundamental para entender a resistência cultural e política desta comunidade negra e mestiça, enquanto a noção de racismo ambiental ilumina a forma desigual como os impactos da especulação recaem sobre corpos e saberes subalternizados. Dialogamos também com as críticas feministas ao desenvolvimento e à exploração do trabalho (FEDERICI; VIVEROS VIGOYA), e com os estudos sobre a pesca artesanal (MILLER; MANESCHY; ALENCAR) que evidenciam a lógica predatória do capital sobre os bens comuns.

Metodologicamente, adotamos a observação participante (MALINOWSKI), não como um estrangeiro neutro, mas como uma escreviente (Conceito Evaristiano que ecoa em Gonzalez), engajada nos processos comunitários. As narrativas foram coletadas em rodas de conversa, pescarias, assembleias e caminhadas territoriais, priorizando a escuta sensível às subjetividades muitas vezes silenciadas (SPIVAK, 1988). O objetivo é demonstrar como a luta pelo Morro do Careca transcende a questão fundiária, configurando-se como um laboratório de autogestão e de construção de alternativas políticas baseadas na Consulta Livre, Prévia e Informada (Convenção 169 da OIT), oferecendo contribuições para uma antropologia reparadora e comprometida.

O Território como Corpo: Ancestralidade, Modos de Vida e Ameaças Coloniais

A Vila de Ponta Negra, antes da chegada dos grandes resorts e condomínios de luxo, era (e ainda resiste em ser) uma comunidade de pescadores artesanais, marisqueiras, rendeiras e agricultores familiares. O Morro do Careca, denominado pelos mais antigos como “Duna do Pôr-do-Sol” ou “Mãe da Areia”, é um ponto de referência para navegação, local de coleta de ervas medicinais, espaço de brincadeiras infantis e de rituais religiosos de matriz africana.

Sua areia, segundo relatos das pescadoras mais velhas, “guarda a memória do mar e dos nossos mortos” (Dona Maria, 87 anos, pescadora e benzedeira).

Esse território-corpo, como define a geografia feminista decolonial (VERGÈS, 2020), está sob cerco. A especulação imobiliária, aliada a um modelo de turismo exploratório, opera uma necropolítica (MBEMBE, 2016) que visa a eliminação simbólica e material desses modos de vida. A pressão se manifesta pela criminalização da pesca artesanal em áreas cobiçadas para marinas (AGUILAR, 2000), pelo aumento abusivo do IPTU, pela poluição das águas por esgotos de novos empreendimentos, e pela tentativa de restringir o acesso da comunidade à praia e à duna, agora tratada como mero ativo turístico a ser cercado e controlado. Como afirma um jovem integrante do Coletivo LGBTQIA+ da Vila: “Eles não querem só a nossa terra, querem apagar nossa história, querem que a gente vire só figurante no cartão postal que eles vendem”.

A análise das assembleias comunitárias revela como as mulheres, especialmente as pescadoras e marisqueiras, são as primeiras a sentir os impactos e as principais articuladoras da resistência. Sua luta ecoa os achados de Maria Cristina Maneschy (1995) e Francisca Miller, que mostram como a pesca artesanal feminina é um eixo central de reprodução social e cultural, constantemente invisibilizado. A fala de uma rendeira de bilro, Dona Severina, sintetiza a crítica: “Eles falam em progresso, mas esse progresso é só para quem pode comprar. Nosso progresso é a rede que a gente tece, o peixe que a gente tira do mar, a festa de São Pedro que a gente mantém vivo. Isso não tem preço, mas pra eles não tem valor”.

Estratégias de Resistência: Autogestão, Consulta e Escrevivência

A resistência na Vila de Ponta Negra se organiza de forma coletiva e horizontal, principalmente através do Conselho Comunitário. Este espaço tornou-se uma trincheira onde se pratica uma democracia participativa radical. Uma das principais ferramentas adotadas é a reivindicação do direito à **Consulta Livre, Prévia e Informada (Convenção 169 da OIT), mecanismo internacional que obriga Estados a consultarem povos tradicionais sobre projetos que afetem seus territórios. A comunidade, assessorada por parceiros acadêmicos e jurídicos, passou a exigir formalmente sua aplicação, deslegitimando os “acordos” feitos entre poder público e incorporadoras sem o seu consentimento.

Nesse processo, a autogestão emerge como princípio e prática. Mutirões para limpeza da praia, festivais culturais que resgatam as tradições locais, e a criação de um “Mapa Afetivo do Território” – onde os moradores, especialmente os jovens, mapeiam pontos de memória, de coleta e de risco ambiental – são exemplos de como a comunidade constrói autonomia. A juventude negra e LGBTQ+, muitas vezes vista como desconectada das tradições, assume um papel crucial nessa reinvenção, utilizando a arte, o audiovisual e as redes sociais para denunciar a violência e celebrar a identidade amefricana (GONZALEZ, 1982) da Vila.

A pesquisa etnográfica, ao se alinhar a essas lutas, transforma-se em uma escrevivência coletiva. Não se trata apenas de registrar, mas de co-produzir narrativas que sirvam como instrumento de luta – em processos judiciais, em campanhas de visibilidade, na educação comunitária. Essa postura responde criticamente ao questionamento de Gayatri Spivak – “Pode o subalterno falar?” – afirmando que o subalterno não apenas fala, mas cria suas próprias condições de enunciação quando a pesquisa se coloca a serviço da escuta e da tradução dessas vozes para as arenas de poder.

Considerações Finais: Por uma Antropologia da Reparação

A pergunta “Onde está o Morro do Careca?” não busca uma resposta geográfica. Ela é um grito político. O Careca está na memória das rendeiras, no conhecimento das marisqueiras sobre as marés, na fé dos pescadores, na coragem da juventude que o defende. A experiência da Vila de Ponta Negra demonstra que a especulação imobiliária é a face contemporânea do colonialismo do poder (QUIJANO), que busca desorganizar as comunidades para convertê-las em força de trabalho barata e consumidora periférica no paraíso artificial construído para outros.

As alternativas, porém, estão sendo gestadas no próprio território. A luta pela aplicação da Consulta Prévia, a prática da autogestão comunitária e a valorização dos saberes tradicionais apontam para um horizonte decolonial (LUGONES, 2014) possível. Este relato de experiência evidencia que a antropologia, quando assume o compromisso da escrevivência engajada, pode ser uma ferramenta de reparação. Reparação epistemológica, ao validar os saberes locais; reparação histórica, ao documentar as resistências; e reparação política, ao colaborar na construção de estratégias de defesa territorial.

A Vila de Ponta Negra, em sua luta para não ser varrida do mapa pelo capital, nos ensina que defender o Morro do Careca é defender um modo de existir que coloca a vida – comunitária, ancestral, ecológica – no centro. É afirmar, na prática, que outro mundo não só é possível, como já está sendo construído nas brechas abertas pela resistência dos povos tradicionais.

Referências

AGUILAR, Lorena. Sobre marinos, marinas, mares y mareas. San José: IUCN, 2000.

ALENCAR, Edna F. Pesca artesanal: entre a tradição e a modernidade. Fortaleza: UFC, 2005.

FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. In: _____. Por um feminismo latino-americano. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 121-135. (Original publicado em 1982).

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set./dez. 2014.

MALINOWSKI, Bronisław. Os argonautas do Pacífico Ocidental. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MANESCHY, Maria Cristina. Pescadoras em busca de cidadania. In: _____. (Org.). Pescadoras: subsídios para o debate. Belém: UFPA, 1995.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. São Paulo: n-1 edições, 2016.

MILLER, Francisca. Mulheres da areia: trabalho e resistência das marisqueiras. Natal: EDUFRN, 2010.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

SPIVAK, Gayatri C. Pode o subalterno falar? Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VERGÈS, Françoise. Um feminismo decolonial. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

VIVEROS VIGOYA, Mara. A interseccionalidade: uma abordagem fértil para as pesquisas sobre gênero, justiça e desigualdades sociais. In: ABRAMO, Lais; RICOLDI, Arlene. (Orgs.). Gênero e trabalho na sociologia latino-americana. São Paulo: ALAST, 2018. p. 45-72.